

## MENSAGEM

Cleonice Berardinelli

Em primeiro lugar, um agradecimento comovido ao Departamento de Letras Vernáculas, por me ter convidado a participar desta semana de estudos pessoanos, proporcionando-me a satisfação de voltar ao Nordeste do nosso país e conhecer Fortaleza, tão bonita e acolhedora. É das coisas que me dão prazer, dizer que sou três quartos nordestina e, como tal, estar de volta ao Nordeste é sentir-me perfeitamente em família.

Mas vamos cumprir a missão de que me incumbem: falar de Fernando Pessoa, ou melhor, da poesia de Fernando Pessoa, privilegiando um livro muito especial — *Mensagem* — que o poeta assina com seu próprio nome, mas que, pela sua marcada individualidade, poderia ter sido atribuído a um outro heterônimo.

Os que me ouvem são em parte professores, a quem nada tenho — ou muito pouco — a acrescentar; em parte maior, contudo, são estudantes a quem podem faltar informações sobre o poeta, indispensáveis à compreensão do que aqui se expuser. Assim, perdoem-me os mestres por dizer o que já sabem e ouçam-me os estudantes; se destes muitos houver que já conheçam, no todo ou em parte, alguma coisa do que aqui se disser, perdoem-me também. Prefiro pecar por excesso do que por omissão.

Fernando Pessoa é um poeta muito especial, o único que atribuiu seus numerosos poemas a "outros" poetas por ele criados, por ele nomeados e biografados. Não se deve esquecer que os outros "autores" de poemas seus são posteriores

às "próprias" obras. De um núcleo central que chamarei de Fernando Pessoa, o homem, o criador, o poeta, vai brotar uma produção literária múltipla, variada, a fixar-se em formas diferentes, tão diferentes, que, ao produzi-las, ele sentiu necessidade de dizê-las oriundas de poetas diversos. Começou por chamar-lhes pseudônimas, mas mais tarde corrigiu, explicando: obra pseudônima é a obra do autor em sua personalidade, sob um nome diferente; obra heterônima é a do autor em outra personalidade e "justifica-se em alguém que se sinta vários".

A propensão para despersonalizar-se, criando uma *coferie* em torno a si, vem — confessa Pessoa em carta a Casais Monteiro, de 1935 — da sua infância; no entanto, o que nessa idade é normal a quase todas as crianças, continua em Fernando Pessoa através de toda a sua vida, em que o "outrar-se" é atitude normal e produtora de uma obra rica e diversificada, em prosa e, sobretudo, em verso.

Bastante precoce, Pessoa escreve desde menino, tendo feito, aos doze anos, um pequeno poema, possivelmente inspirado pela morte da irmã Madalena, que apresenta real qualidade poética. Continua a escrever esparsamente, mas é de 1913 que datam poemas já adultos, sucedendo-se com bastante freqüência.

Em janeiro desse ano, Sá-Carneiro escreve uma carta ao melhor amigo, felicitando-o pelo título que escolhera para seus versos — *Gládio* — e aconselhando-o a não o revelar a ninguém, "não vá surgir nas montras das livrarias qualquer plaquette anêmica e imbecil com esse nome". No mesmo ano, em julho, Pessoa escreve um poema a que dá o mesmo título: escrito na primeira pessoa, é uma espécie de profissão de fé: "E esta febre de Além que me consome, / E este querer-justiça são Seu Nome / Dentro em mim a vibrar". Quando, vinte e um anos depois, em 1934, apresentar *Mensagem* ao concurso instituído pelo Secretariado de Propaganda Nacional, este poema lá estará, com pequena alteração, entre as quinas do brasão português, simbolizando o Infante D. Fernando. Dois Fernandos irmanados pela mesma febre de Deus: "Cheio de Deus, não temo o que virá, / Pois, venha o que vier, nunca será / Maior do que a minha alma."

Teria sido a decisão de concorrer ao prêmio que fez o poeta decidir-se a juntar os poemas que, a partir desse ano já longínquo, foi escrevendo, mais ou menos numerosos, para formar um conjunto a que de princípio pensou intitular *Por-*

tugal? Ele diz que não. Que já estavam organizados para publicação quando surgiu a idéia de concorrer. O ter sido escrito aos poucos não impediu que o seu agrupamento resultasse numa das obras mais primorosamente estruturadas da literatura portuguesa. Não obteve, no entanto, o livro de Pessoa o prêmio Antero de Quental "que devia ser atribuído ao melhor livro de poesia de sentido nacionalista, que se apresentasse a concurso" (Gaspar Simões, s.d., v. II, p. 320). (1) A partir da informação de João Gaspar Simões, de que *Mensagem* não teria recebido o prêmio por não ser "marcadamente cristão nem popular", cabendo-lhe apenas um prêmio de consolação concedido por intervenção de Antônio Ferro, "um prêmio de segunda categoria", os admiradores do poeta passaram a execrar a instituição que fora bastante cega para não perceber a distância que medeava entre uma obra-prima e um livro sem maior importância, como a *Romaria*, de Vasco Reis. Não foi bem assim, porém, que as coisas se passaram. O prêmio Antero de Quental estipulava a extensão mínima da obra a ser premiada e a *Mensagem*, mesmo em tipo bastante graúdo, pouco passa de cinquenta páginas (a metade do exigido); diante da qualidade do poema decidiu-se, porém, por sugestão de Antônio Ferro, criar um outro prêmio, embora de menor valor, para esta obra: não um prêmio de segunda, mas de outra categoria. Eis as palavras do próprio poeta: "Publiquei, em Outubro passado, um livro de poemas, formando realmente um só poema, intitulado *Mensagem*. Foi esse livro premiado, em condições especiais e para mim muito honrosas, pelo Secretariado de Propaganda Nacional." (2) Por aqui se encerre o assunto.

É Pessoa, como ouviram, que considera seu livro como um poema: não um poema em cantos, como as antigas epopeias, mas em poemas. Um poema, na verdade, pela unidade e interdependência de suas partes. É ainda ele quem diz que aos que leram *Mensagem* "certas coisas causaram perplexidade e confusão: a estrutura do livro, a disposição nele das matérias, e mormente a mistura, que ali se encontra, de um misticismo nacionalista, ordinariamente colado, onde entre nós apareça, ao espírito e às doutrinas da Igreja de Roma,

1) SIMÕES, João Gaspar. *Vida e obra de Fernando Pessoa*. Lisboa, Bertrand, s. d., v. II, p. 320.

2) QUADROS, António. *Obra poética de Fernando Pessoa*. Mem Martins, Publicações Europa-América, s. d., v. I, p. 171.

com uma religiosidade, deste ponto de vista, nitidamente herética." (3)

Em outro texto, dissera-se o poeta um místico nacionalista, um sebastianista racional. A segunda definição encerra uma contradição: o sebastianismo se alimenta da crença na volta de D. Sebastião, que virá das Ilhas Afortunadas, numa manhã de nevoeiro, para instalar no mundo o Quinto Império, isto é, o império temporal e espiritual, o domínio do Cristo. Essa era a destinação de D. Sebastião: desejado, antes de nascer; encoberto, depois de morrer, seu destino era outro, era "alto e raro" (como um dia disse Pessoa, falando de si mesmo). A contradição é bem visível entre o substantivo que aponta para o místico, o irracional, e o adjetivo que deste é o antônimo. Como resolvê-la satisfatoriamente? O poeta a resolve, respondendo a uma entrevista do jornalista Augusto da Costa, em 1934 (citamos *apud* Antônio Quadros): (4) "Fernando Pessoa afirmava a sua confiança em que Portugal poderia voltar a ser *uma grande potência construtiva ou criadora, um Império da Cultura*. Para tanto, seria necessário antes de mais nada *levantar o moral da nação*, abatido pelo complexo de inferioridade em que caímos historicamente." E explicava como isso seria possível: "só há uma espécie de propaganda com que se pode levantar o moral de uma nação — a construção ou renovação e a difusão conseqüente e multímoda de um grande mito nacional. (...) Temos, felizmente, o mito sebastianista, com raízes profundas no passado e na alma portuguesa. Nosso trabalho é pois mais fácil: não temos que criar um mito, senão que renová-lo. Começamos por nos embebedar desse sonho, por o integrar em nós, por o encarnar. Feito isso, cada um de nós independentemente e a sós consigo, o sonho se derramará sem esforço em tudo o que dissermos ou escrevermos, e a atmosfera estará criada, em que todos os outros, como nós, a respirem. (...) Então se dará na alma da Nação o fenômeno imprevisível de onde nascerão as Novas Descobertas, a criação do Mundo Novo, o Quinto Império. Terá regressado El-Rei D. Sebastião."

Aí está como se resolve a contradição: por um jogo de "faz de conta", em que D. Sebastião não é aquele que ficou "onde o areal está", não é "o ser que houve", mas "o que

3) Id., ib., p. 76.

4) CHEVALIER, Jean & FHEERBRANT, Alain. *Dictionnaire des symboles*. 6e. éd., Paris, Seghers, 1973.

há”, o que passa a funcionar como símbolo (não se esqueça que o primeiro grupo de poemas da última parte do *Mensagem* se intitula “Os símbolos” que são, todos os cinco, o próprio D. Sebastião, seus espaços e sua missão). D. Sebastião, o mito, será o herói do poema, aquele que será chamado “meu sonho e meu Senhor!”

A história de Portugal contida no espaço poético começa no que se pode chamar de origem mítica — Ulisses — e vai até ao Encoberto. É esse tempo histórico que, através de personagens mítico-lendário-históricos, dá a visão pessoal da história vivida e a viver de Portugal.

O livro se divide em três partes: Brasão, Mar português e O Encoberto. O mar é, portanto, a parte central; para ele se encaminha o Brasão, de que é o ponto culminante. Terra de navegadores, pequeno espaço firme cercado de águas, Portugal se inicia, segundo o mito, num navegante — Ulisses — ousado e aventureiro como seus “descendentes”. Onde fica Ulisses no brasão português? É o primeiro dos sete castelos que aqui vêm, neste campo externo que rodeia o das quinas. Até D. João II, o número de castelos postos na bordadura variava; Pessoa preferiu optar pelo número sete (sobre os números de *Mensagem* já têm escrito alguns estudiosos, inclusive a Prof<sup>a</sup> Diana Bernardes, da Universidade de Brasília). Para simbolizá-los, Pessoa tem de selecionar, entre tantos, aqueles que lhe pareçam mais representativos do percurso a traçar. Começa, pois, por Ulisses, o mito, “o nada que é tudo”, a lenda que “se escorre / A entrar na realidade / E a fecundá-la decorre.” Passa ao que se chamará de pré-história — Viriato —, definido como “aquela fria / Luz que precede a madrugada, / E é já o ir a haver o dia / Na antemanhã, confuso nada.”

Agora já se está no limiar da história, naquela proto-história que poderia ter sido representada apenas pelo conde D. Henrique, mas o poeta prefere pôr-lhe ao lado D. Tareja, caracterizada sobretudo como “mãe de reis e avó de impérios”, seio que amamentou “O que, imprevisto, Deus fadou”. Está neste casal a origem da primeira dinastia de Portugal, tendo Deus por agente. É então que surge o primeiro rei, Afonso Henriques, “exemplo inteiro” e “inteira força”. Dentre tantos reis (oito) dessa dinastia, qual escolher para o sexto castelo? D. Dinis, o trovador e lavrador. E por quê? Por ser “o plantador de naus a haver”, um verso belo e denso de sentido dentro do projeto do livro. Se é para o mar que se

caminha, o primeiro passo é dado por esse rei sensível e de larga visão, cujo cantar é arroio que “busca o oceano por achar”, cujos pinhais são as naus futuras: confunde-se o rumor do canto à fala dos pinhais e ao som do mar. Resta um castelo, mas de novo se está no início de uma dinastia e de novo Pessoa trará o casal gerador, subdividindo o poema sétimo em dois (I e II) — D. João o primeiro e D. Filipa de Lencastre. Outra vez se acentua no ponto de origem a inconsciência: em D. Henrique, o começo — “todo começo” — é *involuntário* e o conde se pergunta: “Que farei eu com esta espada?” A resposta é: “Ergueste-a e fez-se.” Note-se bem. Não, *fizeste*, mas *fez-se*, pois que “*Deus é o agente. / O herói a si assiste, vário / E inconsciente.*”; D. João I é “Mestre, *sem o saber*, do Templo / Que Portugal foi feito ser” e também aqui não é ele que faz: “*Deus faz e a história é feita*” (grifos meus) O herói — neste caso específico, o fundador de dinastia — é movido por uma força maior que a sua, é marcado, assinalado para cumprir uma tarefa. Não havia ainda mencionado a epígrafe geral de *Mensagem*: “*Benedictus Deus noster qui dedit nobis signum*”, que responde, quase quatro séculos depois, às “armas e os barões assinalados”. D. Filipa de Lencastre, com D. Tareja, é referida como a matriz, sêma contido *em seio e ventre*. A esta princesa piedosa e séria, o autor chama ainda: “Princesa do Santo Gral” e “Madrinha de Portugal”.

Percorridos os sete Castelos, passemos às Quinas. Os primeiros simbolizam o temporal: a afirmação da nacionalidade, o domínio da terra e a promessa do mar. As segundas apontam para o espiritual: o cumprimento do dever, o sacrifício, a aceitação dos desígnios de Deus, da inutilidade da própria vida, o sonho desmedido. As quatro primeiras são quatro dos filhos de João e Filipa, dessa prole de que dissera Camões ser “*ínclita geração, altos infantes*” e Pessoa chamara de gênios (“*Que enigma havia em teu seio / Que só gênios concebia?*”). A todos marcara o destino, sagrando-os “*em honra e em desgraça*”, como é dito de D. Fernando. A sua glória vem do sofrer, do suportar, bem mais que do fazer. A quinta quina é D. Sebastião, definido por sua loucura peculiar, aquela que faz do homem homem e não “*besta sadia, / Cadáver adiado que procria*”.

Se os castelos correspondiam à primeira dinastia e à inauguração da segunda, as quinas partem desse ponto inicial,

saltando por cima dos reis (só D. Duarte o foi) e chegando ao ponto final, com D. Sebastião, o último da casa de Avis. Não se passará adiante, como se aí tivesse terminado a história de Portugal.

Castelos e quinas são encimados por uma coroa que está, de certo modo, sintetizando os dois campos, englobando as características que lhes foram apontadas: ação e sustentação, matéria e espírito. Melhor que ninguém aí deveria estar — e está — Nuno Álvares Pereira, a um tempo castelo e quina. Herói número um de Portugal, soldado valente, condestável do reino sob D. João I, é também o homem profundamente religioso que se ajoelha antes da batalha, que não permite o saque ou a violação das mulheres; depois de longos anos de exercício militar, retira-se para a vida religiosa, faz-se frade e a Igreja o beatifica. No poema que lhe dedica, Pessoa o compara a Galaaz, dando-lhe a espada ungida (Excalibur), e faz dele o revelador dos caminhos a seguir: "Sperança consumada, / S. Portugal em ser, / Ergue a luz da tua espada / Para a estrada se ver!", assimilando-o à pátria.

Acima da coroa, como vêm, está o grifo, que só entrou no escudo português pelo casamento de D. Isabel, filha de D. Manuel, com Carlos V; é o timbre do brasão, aquilo que lhe dá a marca. Para tal, era preciso que o constituísse alguém que caracterizasse Portugal. Pessoa o decompõe em suas três partes: as duas asas e a cabeça; esta é o Infante D. Henrique, aquelas são D. João II e Afonso de Albuquerque. Por que esses três? Porque sintetizam a conquista do mar: D. Henrique — a cabeça —, pensando as navegações, projetando-as; D. João II — uma asa (um braço) —, comandando, de Portugal, as grandes viagens; Afonso de Albuquerque — a outra asa —, executando, no Oriente, as ordens recebidas, conquistando e mantendo os territórios conquistados. Última parte do brasão, o grifo é aquela que o abraça (como o mar a Portugal), que o define como assinalado para o domínio do, até então, *impossível* oceano.

Há, nessa primeira parte de *Mensagem* que acabamos de percorrer, um sucinto resumo da história de Portugal, desde Ulisses, que aí chegara por mar, até os três personagens históricos que preparam e consumam a sua conquista. O caminho pela terra não é marcado; o caminho pelo mar se fará passo a passo na segunda parte: "Mar português".

O percurso histórico ao longo da primeira parte se fez cronologicamente, exceção feita para a inserção de D. Sebastião, como a dizer a sua atemporalidade. Cronológico será o roteiro mar a dentro. Retoma-se o Infante, como a origem, não esquecendo que, antes de tudo, está a vontade de Deus (como já se acentuou na origem das dinastias): "Deus que-re, o homem sonha, a obra nasce, / Deus quis que a terra fosse toda uma, / Que o mar unisse, já não separasse. / Sa grou-te, e foste desvendando a espuma". Iniciada a viagem, alarga-se o horizonte — o horizonte físico e o intelectual: "O mar anterior a nós, teus medos / Tinham coral e praias e ar-voredos." Os medos criados pela ignorância, as lendas ater-rorizantes que se transmitiam a respeito do equador, dos monstros que habitavam as águas vão sendo empurrados para a frente pela quilha dos barcos; novas terras se desco-brem, cheias de surpresas e encantos: "Quando a nau se aproxima ergue-se a encosta / Em árvores onde o Longe nada tinha; / Mais perto, abre-se a terra em sons e cores: / E no desembarcar, há aves, flores, / Onde era só, de longe, a abstracta linha." ("Horizonte"). O navegador prossegue e, na terra descoberta, deixa o padrão da posse: "Eu, Diogo Cão, navegador, deixei / Este padrão ao pé do areal moreno / E para diante naveguei." Sulcado pelas naus portuguesas, já não era mais *impossível* o oceano: "E ao imenso e possível oceano / Ensinam estas Quinas, que aqui vês, / Que o mar com fim será grego ou romano: / O mar sem fim é português." ("Padrão"). Os medos vão sendo empurrados, dizia-se atrás, e consubstanciavam-se no cabo extremo, onde as tormentas são terríveis, onde a terra acaba. Nele, pusera Camões "uma figu-ra" "de disforme e grandíssima estatura", que encheu de medo os corações até causar-lhes pena ao narrar sua trágica história de amor. Pessoa retoma a figura tremenda, não lhe atribuindo, porém, a segunda face; seu mostrengo é apenas aquele que interpela o timoneiro: "Quem é que ousou entrar / Nas minhas cavernas que não desvendo. / Meus tectos negros do fim do mundo?", e ainda: "Quem vem poder o que só eu posso, / Que moro onde nunca ninguém me visse / E escorro os medos do mar sem fundo?" É de grande beleza a imagem criada pelo poeta para assimilar águas e medos a escorrer do gigante que se ergue do mar ("O mostrengo"). Vencido, o mostrengo vinga-se e seu descobridor, Bartolomeu Dias, ali fi-cará para sempre: "Jaz aqui, na pequena praia extrema, / O Capitão do Fim." (Epitáfio de Bartolomeu Dias). Daí em dian-



te, o caminho para a Índia está franqueado. O poeta se volta para outros navegadores, aqueles a quem falta o *quid* que aos portugueses sobeja; chama-lhes, com irônico desdém, "Os Colombos": "Outros haverão de ter / O que houvermos de perder. // (...) Mas o que a eles não toca / É a Magia que evoca / O Longe e faz dele história. / E por isso a sua glória / É justa auréola dada / Por uma luz emprestada." ("Os Colombos"). Com estes, volta-se para o ocidente, e o poema seguinte fala da descoberta do Brasil, sem que este nome seja citado, mas as possíveis causas do achamento da nova terra — "Fosse Acaso, ou Vontade, ou Temporal / A mão que ergueu o facho que luziu" — apontam, sem margem de dúvida e com concisa expressão, para as duvidosas explicações que a história dá para o aportar de Cabral a nosso país. Dos grandes navegadores falta apenas um: aquele que não passou duas vezes no mesmo lugar para voltar ao ponto de partida, já que seguiu sempre para a frente, ao redor da Terra. O poema tem seu nome — Fernão de Magalhães — e Pessoa o caracteriza como o que "quis cingir o materno vulto", o que "violou a Terra". Seu procedimento edipiano lhe teria acarretado a morte a meio caminho, "na praia ao longe por fim sepulto". Nesses oito poemas se contam os feitos; no nono, a glorificação de um deles, o mesmo que Camões elegera como o herói-síntese dos navegadores: Vasco da Gama. "Ascensão de Vasco da Gama" é o poema; como Cristo, o marinheiro ascende nos ares, e se vê "O céu abrir o abismo à alma do Argonauta". Está fechado o périplo; enumeraram-se os sucessos. Como Camões, porém, Pessoa reflete sobre as conseqüências dos feitos cantados. N'Os *Lusíadas*, a reflexão é feita ao iniciar-se a viagem de Vasco da Gama, e pela boca pessimista do Velho do Restelo; em *Mensagem*, o poeta fala por sua própria boca, lamentando os prantos e as perdas, mas concluindo que "tudo vale a pena". O poema é "Mar português", um dos mais conhecidos de Pessoa. Terminado o percurso, reflexão feita, a segunda parte de *Mensagem* poderia encerrar-se, se o poema ficasse adstrito aos caminhos da terra e do mar; mas não: a última viagem se fará num mar "que não tem tempo ou 'spaço", na última nau que traz "a bordo El-Rei D. Sebastião", aportado a uma "ilha indescoberta" da qual volta: "Surges ao sol em mim, e a névoa finda: / A mesma, e trazes o pendão ainda / Do Império." ("A última nau"). Resta ao poeta erguer ao céu a sua prece: "Dá o sopro, a aragem — ou desgraça ou ânsia —, / Com que

a chama do esforço se remoça, / E outra vez conquistemos a Distância — / Do mar ou outra, mas que seja nossa!" ("A prece").

Assim termina "Mar português", a segunda parte de *Mensagem*, em que se transitará do concreto para o abstrato, do real para o imaginário, da história para o mito. Do D. Sebastião que ficou no areal destaca-se o que, navegando por um mar atemporal e anespacial, sairá de suas Ilhas Afortunadas, rompendo o nevoeiro, naquela Hora que se espera. É esse rei que ocupará todo o espaço da terceira parte, "O Encoberto".

Esta última parte de *Mensagem* divide-se em três outras: "Os símbolos", "Os avisos" e "Os tempos". Os símbolos são cinco e, como já ficou dito, são o próprio rei (D. Sebastião, o Desejado e o Encoberto), seu espaço (As Ilhas Afortunadas) e a sua missão (O Quinto Império). No primeiro poema que tem seu nome (a quinta quina), o rei distingue entre seu ser que houve e o que há. É este, expresso pelo verbo num presente que não terá fim, que é retomado no primeiro dos Símbolos: "Que importa o areal e a morte e a desventura / Se com Deus me guardei? / É O que ou me sonhei que eterno dura, / É Esse que regressarei." Marcado lá pela *iocura*, aqui pelo sonho, só poderá viver a sua verdade aquele que é descontente ("Ser descontente é ser homem"), aquele a quem não basta "o que lhe basta". Por isso, o poema da missão — "O Quinto Império" — insiste em dizer: "Triste de quem vive em casa, / Contente com o seu lar, / Sem que um sonho, no erguer de asa, / Faça até mais rubra a brasa / Da lareira a abandonar! // Triste de quem é feliz!"

O terceiro Símbolo, "O Desejado", aproxima, pela recorrência ao mesmo modelo, D. Sebastião e Nuno Álvares. Ambos erguem a mesma espada — a Excalibur — "para a estrada se ver" (Nuno), para que "sua Luz ao mundo dividido / Revele o Santo Gral!" (D. Sebastião). Espada ou gládio, nela nele não se aponta para o golpe, mas para a luz que se irradia, iluminando a estrada ou revelando o Santo Gral. Também ligado à idéia de luz é o gládio do poema já citado "D. Fernando, Infante de Portugal": "E eu vou, e a luz do gládio erguido dá / Em minha face calma. / Cheio de Deus, não temo o que virá, / Pois, venha o que vier, nunca será / Maior do que a minha alma." Convirá lembrar aqui que esse poema fora de início escrito na primeira pessoa do poeta, e daí sugerir que relacionados paradigmaticamente, D. Fernando,

Nuno Álvares, D. Sebastião e Fernando Pessoa se irmanam na missão de iluminar e revelar? É o texto que me induz a sugerir, não a concluir. Fica o caminho aberto à reflexão.

Em "As Ilhas Afortunadas" reitera-se a idéia do sonho e, pois, da irrealidade das mesmas, "terras sem ter lugar"; "O Encoberto" é um poema cifrado, claramente rosa-cruciano. Segundo Antonio Quadros, há nele "uma alusão à *Eucaristia Nova*, a uma nova religião, construída sobre a *Cruz morta e fatal*, a *religião do Encoberto*, que todavia o poeta nunca explanou suficientemente."

Seguem-se "Os avisos": Bandarra, Vieira e ele-mesmo, Pessoa. Os dois primeiros foram avisos, no passado; o terceiro é, no presente, não só o aviso, mas o apelo, a súplica comovida e apaixonada: "Quando virás, ó Encoberto, / Sonho das eras português, / Tornar-me mais que o sopro incerto / De um grande anseio que Deus fez? // Ah, quando quiserás, voltando, / Fazer a minha esperança amor? / Da névoa e da saudade quando? / Quando, meu Sonho e meu Senhor?"

Por fim, vêm "Os tempos": "Noite", "Tormenta" — escuridão e mistério, ao fim do segundo, alguma luz: "O relâmpago, farol de Deus, um hausto / Brilha, e o mar 'scuro 'struge." Vem o terceiro, "Calma", e um prenúncio de dia claro, "Antemanhã", no quarto. Seria de esperar que o último fosse *Manhã* ou *Dia*, mas na verdade é "Nevoeiro", poema escrito em 1928 e marcadamente pessimista. Retomando o tom desalentado do final de *Os Lusíadas*, a "apagada e vil tristeza" que Camões aponta na pátria, Pessoa caracteriza-a sobretudo pela indefinição: "Nem rei nem lei, nem paz nem guerra, / Define com perfil e ser / Este fulgor baço da terra / Que é Portugal a entristecer — / Brilho sem luz e sem arder, / Como o que o fogo-fátuo encerra. // Ninguém sabe que coisa quere. / Ninguém conhece que alma tem, / Nem o que é mal nem o que é bem. / (Que ânsia distante perto chora?) / Tudo é incerto e derradeiro. / Tudo é disperso, nada é inteiro. / Ó Portugal, hoje és nevoeiro... // É a Hora! // Va-lete, Fratres!"

A primeira impressão que o poema nos transmite é a de desânimo total. Um verso encaixado entre parênteses, talvez *a posteriori*, ameniza-o, sem destruí-lo; sem elementos para afirmá-lo, suponho que a primeira versão de "Nevoeiro" não abria tão claramente a possibilidade de solução, que nesta versão, a única que se conhece até aqui, depende desse verso parentético e do pequeno verso final que com ele rima:

"É a Hora!" Não se julgue, porém, que na *outra* versão, a crer que ela tenha existido, não haveria abertura para a esperança: desde o título, "Nevoeiro", até à palavra final, que o repete, instala-se a esperança, pois que o nevoeiro é "o prelúdio da manifestação", a véspera da revelação (v. *Dictionnaire des Symboles*, verbete *brouillard*). Rasgado o nevoeiro, surgirá o rei do Quinto Império, El-Rei D. Sebastião.

Ulisses veio do mar, os nautas portugueses por ele foram e voltaram — se nele não ficaram sepultados —, D. Sebastião cruzou-o para buscar a glória maior — e não voltou. A lenda que "escorre / a entrar na realidade" situou-o no meio do mar, na "ilha próxima e remota, / Que nos ouvidos persiste" e "Para a vista não existe." "Em sua vida encantada" lá ficará o rei até que possa voltar um dia, vindo do mar, a cumprir o destino que, em tempo e espaço limitados, não lhe foi dado consumir.